

# Estudo pode apressar votação da nova Carta

BRASÍLIA — As negociações dos pontos polêmicos na Constituinte serão agilizadas, já na próxima semana, em consequência do trabalho, nos últimos dias, de subgrupos formados por representantes de todos os partidos. Eles fizeram um inventário dos temas que poderão ser aprovados em bloco e dos que serão motivo de disputa. Sendo poucas as questões polêmicas, é possível que a Carta seja mesmo homologada em setembro.

Os integrantes do subgrupo da Seguridade, Saúde e Previdência identificaram dois dispositivos difíceis: a aposentadoria proporcional e a especial para professores. Enquanto 38 emendas estabelecem a retirada da expressão "primeiro e segundo graus", para estender o benefício aos professores universitários, 40 emendas visam a suprimir a aposentadoria especial. Na área da saúde, várias emendas tentam suprimir a proibição do comércio de hemoderivados.

Na Ordem Econômica, as divergências

são as mesmas da primeira fase: definição de empresa nacional, preferência às empresas brasileiras de capital nacional nas transações com o Governo, nacionalização da exploração mineral, contrato de risco, reforma agrária e critérios para desapropriação do solo urbano.

O Centrão quer suprimir a definição de empresa de capital nacional. Se não conseguir, vai, pelo menos, tentar acabar com a preferência destas empresas na aquisição de bens e serviços pelo Estado. Na reforma agrária, o processo será invertido. Caberá aos "progressistas" conseguir 280 votos para permitir a desapropriação de terras produtivas.

Na Organização do Estado — que deve ser votada na próxima semana — o Centrão não aceita a definição dos recursos minerais como bens da União, quer retirar do Estado a tarefa de "organizar o abastecimento", abrir à iniciativa privada os serviços públicos de telefonia e acabar com a estatização na distribuição de gás.